



RELATO FINANCEIRO

2024

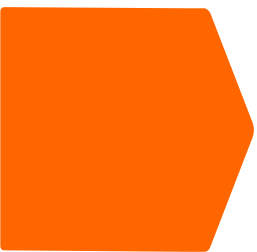
Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia



ÍNDICE

RELATO FINANCEIRO

Relatório de Gestão	3
Introdução	4
Conjuntura Económica e Financeira	6
Investimentos	10
Cobertura das Responsabilidades	24
Demonstrações Financeiras	25
Demonstração da Posição Financeira	26
Demonstração de Resultados	26
Demonstração de Fluxos de Caixa	27
Notas às Demonstrações Financeiras	28



RELATÓRIO DE GESTÃO



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO

- O Artigo 152.º da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, determina que anualmente deve ser elaborado um relatório e contas para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- A Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia

- O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia financia um plano de pensões de benefício definido, cofinancia outro plano de pensões de benefício definido e financia diversos planos de contribuição definida.
- O Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia foi alterado em 2024, tendo sido estabelecido um novo modelo de comissionamento por categorias. A comissão de gestão anual nominal da BPI Vida e Pensões passou a depender da categoria da unidade de participação, apurada e imputada diariamente ao valor líquido global da categoria. A atribuição de cada categoria de unidade de participação varia pela tipologia da adesão (individual ou coletiva). No caso das adesões individuais são estabelecidos montantes mínimos de acesso de cada categoria por contribuinte; para as adesões coletivas a atribuição da categoria depende da complexidade do plano de pensões ou dos serviços contratados pelo Associado para a administração e gestão do mesmo.
- Em 31 de dezembro de 2024, o valor total do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia ascendia a 80 428 854 euros.



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

	(valores em euro)
Valor do fundo em 31-12-2023	76 959 499
Contribuições	14 097 796
Benefícios Pagos	(3 307 295)
Transferências	(9 075 484)
Prémios de Seguros	-
Rendimento Líquido	1 754 337
Valor do fundo em 31-12-2024	80 428 854



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

EUA

A atividade nos EUA manteve-se surpreendentemente robusta em 2024. O consumo das famílias continuou a impulsionar o crescimento económico nos EUA e, após contribuir com 0,6 p.p. para o aumento trimestral de 0,8% do PIB no 3T, os dados mais recentes refletem um consumo dinâmico também no último trimestre do ano. Na mesma linha de robustez, o PMI composto subiu para níveis expressivos no final do ano (55,4 pontos) e mantém-se claramente acima da marca dos 50 pontos que separa expansão de contração económica (ainda que com comportamentos distintos entre o sector dos serviços e da indústria). Assim, no conjunto do ano, a economia poderá ter crescido em torno de 2,6%, apenas -0,3 p.p. face ao registado em 2023, um comportamento surpreendente considerando o contexto de (ainda) elevada restritividade da política monetária. De facto, depois do aumento de 500 p.b. das taxas de juro desde março de 2022, a Fed iniciou, em setembro passado, o ciclo de relaxamento da política monetária, com um primeiro corte de 50 p.b.. No total, reduziu em 100 p.b. face ao pico atingido em 2023, colocando a fed funds rate em 4,25%-4,50% no final do ano. No entanto, o último corte foi acompanhado por uma mudança clara no tom da Fed para uma posição mais cautelosa, justificado pela expectativa de uma inflação mais elevada em 2025 e 2026 (a Fed espera que os 2% sejam atingidos apenas em 2026), menores riscos no mercado de trabalho e o facto de as taxas estarem 100 p.b. mais próximas da taxa neutra. A vitória de Donald Trump nas eleições de novembro passado trouxe mais um fator relevante na análise da evolução da política monetária, e que justifica cautela na postura da Fed: a incerteza quanto ao impacto que a agenda económica de Trump terá na evolução dos preços (nomeadamente o agravamento das tarifas comerciais, a imposição de novos limites à imigração e cortes de impostos).

As perspetivas de crescimento económico para 2025 são bastante otimistas, embora haja dúvidas quanto à implementação da agenda económica de Trump. De facto, começaram a criar-se expectativas de um impulso a curto prazo para o crescimento através de cortes nos impostos e ambiente de menor regulação. Assim, para 2025, o crescimento da atividade económica deverá situar-se em torno de 2%. No entanto, o impacto resultante das prováveis medidas de Trump na evolução da inflação e o facto de o sector dos serviços evidenciar mais resistência ao abrandamento deverão contribuir para que a política monetária continue em território restritivo, com o mais recente dot plot dos membros da Fed a apontar para apenas 2 cortes em 2025 (face a 4 cortes no dot plot de setembro), enquanto os mercados apontam, neste momento, para apenas 1 corte, com probabilidade baixa de uma segunda redução.



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Zona Euro

O ano de 2024 voltou a ser marcado pela discrepância entre o dinamismo da economia norte-americana e a debilidade da Zona Euro. De facto, nos primeiros três trimestres, a economia da área do euro cresceu 0,6% homólogo em média, sendo expetável que o último trimestre do ano tenha sido também fraco (os principais indicadores de clima e de sentimento empresarial deterioraram-se e consolidam-se em referências compatíveis com a diminuição da atividade). Neste contexto, é possível que a economia tenha crescido em torno de 0,7% no conjunto do ano. A falta de dinamismo explica-se pela situação delicada das duas grandes economias da região. A Alemanha, por um lado, estagnada no meio de dificuldades estruturais (o PIB do 3T é apenas 0,2% superior ao pré-pandemia), penalizada pelo sector industrial em transformação energética e por um setor dos serviços sem o impulso necessário para reverter a situação global, e com os últimos dados que não permitem excluir uma nova queda do PIB no final do ano. Por outro lado, França, que, passada a dinâmica dos Jogos Olímpicos de Paris enfrenta também um final de ano com um claro arrefecimento do crescimento. Esta fraqueza económica é agravada por uma incerteza política acrescida: na Alemanha, as eleições antecipadas realizam-se a 23 de fevereiro e, em França, a substituição do Governo atrasou a concretização do Orçamento para 2025, persistindo dúvidas quanto à sua aprovação, situação que tem penalizado o prémio de risco soberano que transaciona em torno dos níveis da dívida grega. A economia italiana tem vindo também a perder dinamismo: o PIB estagnou no 3T e o PMI compósito de novembro foi inferior a 50 pontos. No entanto, o arrefecimento atividade no conjunto da economia dos países do euro, dá confiança na luta contra a inflação, o que permitiu avançar com a descida das taxas de juro de política monetária: o BCE desceu em 100 p.b. as suas taxas de juro face ao pico atingido em 2023, colocando a taxa depo em 3,0% no final de 2024.

As perspetivas de crescimento para a Zona Euro continuam bastante débeis para 2025, sendo esperado que o PIB cresça ligeiramente acima de 1%. Em primeiro lugar, os processos de consolidação orçamental irão recomeçar em 2025 em muitas economias, após anos de políticas orçamentais muito expansionistas para compensar o impacto da pandemia e da guerra na Ucrânia. Itália e França, entre outros, estão sujeitas a procedimentos por défices excessivos, o que as obriga a aplicar medidas restritivas e a cumprir um calendário de objetivos. Depois, um aumento das tarifas aduaneiras por parte dos EUA poderá pesar sobre a atividade na Zona Euro, uma região económica com elevado grau de abertura face ao exterior, sendo a Alemanha e Itália as mais expostas. Como ponto positivo, as esperadas reduções das taxas de juro do BCE traduzir-se-ão em menos ventos contrários para a atividade económica. De facto, o tom do BCE aponta para uma nova flexibilização nos próximos meses, sustentada por uma maior confiança na eventual descida da inflação para o objetivo dos 2% em 2025 e pela expetativa de uma reativação mais lenta da atividade. Assim, o BCE



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

deverá avançar com mais cortes ao longo deste ano, colocando a taxa de 2% no final de 2025. Apesar das expectativas de maiores pressões inflacionistas estarem centradas no outro lado do Atlântico, a área do euro não está isenta de riscos (nomeadamente pelo encarecimento das exportações, perante o agravamento das tarifas aduaneiras; pela valorização do dólar; ou pelo agravamento da incerteza e o seu impacto no sentimento dos investidores e na sua apetência pelo risco).



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Portugal

2024 arrancou com um robusto crescimento do PIB (0,6% trimestral no 1T 2024), apoiado no bom desempenho da procura externa. Já no 2T e no 3T, o desempenho foi mais modesto (0,2% em ambos). O ano foi ainda marcado pelo impacto acumulado da subida de juros, inflação e alguma incerteza política com eleições antecipadas. Assim, e considerando os dados positivos conhecidos até ao momento para o final de 2024, a economia portuguesa terá crescido 1,7% no conjunto do ano. Em paralelo registámos boas notícias no mercado de trabalho e nos preços. A taxa de desemprego situou-se perto de níveis mínimos, enquanto o emprego registou máximos históricos. Por seu lado, o surto inflacionista foi-se dissipando gradualmente ao longo do ano e chegou-se mesmo a registar uma taxa homóloga de inflação abaixo dos 2% em agosto; no conjunto do ano, a taxa de inflação desacelerou de 4,3% em 2023 para 2,4% em 2024. Quer a evolução do mercado de trabalho, quer a desaceleração da inflação contribuíram para a recuperação do rendimento real das famílias e suportaram a resiliência da atividade económica. Do lado das contas públicas, o compromisso com a consolidação orçamental manteve-se, sendo esperado que o saldo orçamental tenha terminado o ano em terreno positivo, ainda que em menor dimensão do que o observado em 2023 e justificado pelo menor dinamismo da atividade económica e medidas fiscais. Neste contexto, o rácio de dívida pública manteve a sua trajetória de redução, e deverá ter terminado o ano perto dos 94% do PIB.

Olhando para 2025, as perspetivas continuam positivas, suportadas pela resiliência do consumo (que beneficia da robustez do mercado de trabalho), da recuperação do rendimento disponível (tanto por via de aumentos salariais como pela desaceleração da inflação) e do acumular de poupanças (no 3T de 2024, a taxa de poupança aumentou para 10,7%, o nível mais elevado desde 2010, excluindo os anos da pandemia). Também parece plausível aceleração do investimento, tanto por via da redução dos custos de financiamento como pelo facto de entrarmos no penúltimo ano de execução dos fundos NGEU. Ou seja, internamente, os fatores apontam para robustez da economia, que, no entanto, poderão ser contrabalançados por fatores externos relacionados, por exemplo, por aumento do protecionismo e/ou impacto nos preços das principais matérias-primas do eventual agravamento de fatores geopolíticos. Perante este contexto de evolução positiva da atividade económica, as contas públicas manter-se-ão ligeiramente excedentárias, a refletir também a implementação de medidas fiscais que contribuem para a redução de receita e aumento de despesa. O rácio de dívida pública, por sua vez, deverá aproximar-se dos 90% do PIB este ano.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

Classe de Ativos	Limite Mínimo	Limite Máximo
Ações	0.0%	20.0%
Obrigações	50.0%	100.0%
Alternativos	0.0%	20.0%
Liquidez	0.0%	50.0%

O *benchmark* de referência para todas as classes identificadas na política de investimentos do Fundo de Pensões corresponde à Euribor a 3 meses.

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Investimento Responsável e Sustentável

A BPI Vida e Pensões adota uma política de investimento responsável, garantindo assim, que toma em consideração os possíveis riscos e impactos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ASG) no seu processo de investimento e que contribui para a sustentabilidade do mercado no longo prazo sem alterar o objetivo do Fundo de Pensões.

Para integrar estes princípios na prossecução de um objetivo global, a BPI Vida e Pensões tornou-se signatária dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), fazendo parte de um conjunto de investidores globais que têm um compromisso público de curto prazo de implementar e promover práticas de investimento responsáveis (<https://www.unpri.org/about>).

De uma forma geral, a BPI Vida e Pensões manifesta-se contra o investimento em empresas ou Estados que levem a cabo práticas condenáveis ou que violem tratados internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária.

A Companhia possui uma Política de Relação com o Setor da Defesa, na qual define restrições ao investimento em empresas ligadas à produção de material de defesa, e uma Política de Gestão de Risco Ambiental, que define exclusões setoriais aplicadas aos investimentos realizados diretamente pela Companhia com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos ambientais e, em particular, aos riscos físicos e de transição.

Na eventualidade de uma entidade não cumprir os requisitos de seleção adotados pela Companhia, a BPI Vida e Pensões adotará uma estratégia que procure que a empresa proceda ao cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, de uma forma compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável. A estratégia poderá passar pelo envolvimento com a entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

A Companhia considera importante o diálogo com as sociedades participadas, pelo que, sempre que se justifique, estabelecerá contacto direto com as mesmas, nomeadamente para transmitir sugestões que se afigurem relevantes sobre qualquer matéria de especial importância ou que reflita especial preocupação. A Companhia poderá também promover o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades controversas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade.

Com o objetivo de ser um agente ativo na gestão dos seus investimentos e exercer os direitos que daí decorrem, especialmente nos âmbitos definidos pelos UNPRI, a BPI Vida e Pensões:

- Participa direta ou indiretamente em fóruns e grupos de trabalho que visam promover o diálogo com os gestores de ativos e as empresas em que investe, podendo desinvestir em caso de incompatibilidade com os aspetos anteriormente expressos ou com as suas políticas.
- Quando aplicável, e respeitando o disposto na Política de Direito de Voto, exerce os direitos de voto e participa nas assembleias gerais respeitando os objetivos e políticas de investimento e promovendo a valorização sustentável da empresa em que participa.

A BPI Vida e Pensões publica no seu site (www.bpividaepensoes.pt) as suas Políticas que, em conjunto, oferecem o enquadramento do modelo de investimento socialmente responsável da Companhia.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Em 2024, as aplicações do Fundo de Pensões apresentam a seguinte composição :



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão definidas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia com a alocação a 31.12.2024:

Ativos	Política de Investimento		Alocação 31.12.2024	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Obrigações	50.00%	100.00%	65.79%	Cumpre
Ações	0.00%	20.00%	0.00%	Cumpre
Alternativos	0.00%	20.00%	0.00%	Cumpre
Liquidez	0.00%	50.00%	34.21%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rendibilidades do *benchmark*:

Categoria A

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	0.52%	1	1.23%
Nos últimos 3 anos	1.26%	2	2.39%
Nos últimos 12 meses	2.68%	1	3.74%

Categoria B

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	0.02%	1	1.23%
Nos últimos 3 anos	0.75%	2	2.39%
Nos últimos 12 meses	2.15%	1	3.74%

Categoria C

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	-0.24%	1	1.23%
Nos últimos 3 anos	0.49%	2	2.39%
Nos últimos 12 meses	1.88%	1	3.74%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Observações

- O cálculo das medidas de rentabilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rentabilidade efetiva} = (UP_f / UP_i) - 1$$

Em que, UP_f = Valor da unidade de participação no final do período de referência

UP_i = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rentabilidade anualizada} = (1 + \text{rentabilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que, n = número de dias do período de referência da rentabilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que, r_t = rentabilidade efetiva semanal no período t

T = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rentabilidade

\bar{r} = média aritmética simples das rentabilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

Baixo Risco				Elevado Risco		
Remuneração potencialmente mais baixa				Remuneração potencialmente mais elevada		
1	2	3	4	5	6	7



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Comentário aos Resultados

O ano de 2024 foi na generalidade positivo para as diferentes classes de ativos que beneficiaram da estabilização dos dados de inflação e consequentemente do início do ciclo de descida das taxas de juro de referência. Apesar de alguma volatilidade sentida ao longo do ano, os ativos de risco registaram um desempenho positivo. Ao nível das empresas, destaque para a resiliência dos resultados e da manutenção das perspetivas positivas para os próximos trimestres.

Nos ativos de taxa fixa, assistimos no início do ano a uma subida das *yields* em todos os prazos da curva de rendimentos devido ao reajustar das expectativas relativas ao início e magnitude da descida de taxas de juro de referência. No final do ano, assistimos novamente a uma subida das *yields* nos prazos mais longos da curva de rendimentos.

Neste período e refletindo também o posicionamento tático adotado, com um aumento da duração da carteira, a carteira apresentou uma *performance* positiva de 3.20%.

A classe de obrigações de taxa fixa encerrou o ano com um contributo de 1.90%. Nas obrigações de taxa variável, a classe saiu uma vez mais beneficiada pela compressão de prémios de risco. Esta componente teve um contributo para a *performance* no ano de 0.42%.

A *performance* da componente de liquidez foi de 0.87% beneficiando das elevadas taxas de juro de curto prazo.

No que refere ao investimento sustentável salientamos o rating ASG de “BBB” para a carteira de ativos. No final do ano, a carteira apresentava uma exposição de 2% a obrigações sustentáveis de empresas e a fundos terceiros classificados como *light green* e *dark green*, correspondente aos artigos 8º e 9º da SFDR respetivamente. De destacar ainda o contributo da carteira para os diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacando-se o 3, 5, 10.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Sistema de gestão de riscos

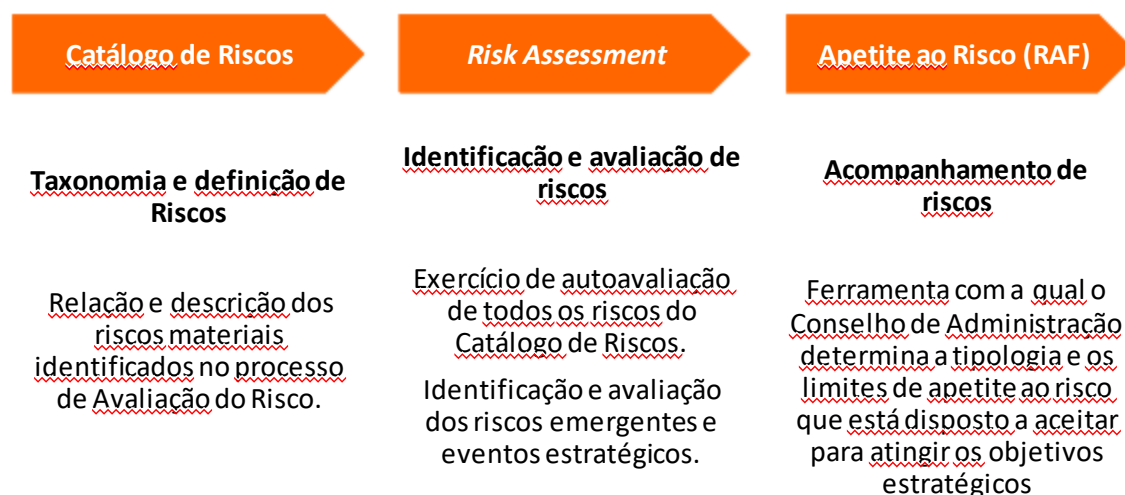
Nos pontos seguidos são detalhados os elementos-chave do sistema de gestão de riscos da BPI Vida e Pensões.

a. Governo e organização

A BPI Vida e Pensões tem estrutura organizacional e funcional disponibilizando recursos suficientes de modo a assegurar que o seu sistema de governo seja adequado em relação à natureza, volume e complexidade dos riscos inerentes à atividade desenvolvida.

b. Processos estratégicos de gestão de riscos

A BPI Vida e Pensões dispõe dos seguintes processos estratégicos de risco para identificação, medição, mitigação, monitorização, controlo e reporte dos riscos, alinhados com a metodologia do Grupo CaixaBank:



c. Cultura de risco

A cultura de risco desempenha um papel muito importante na consciência sobre o risco e sua gestão. Na BPI Vida e Pensões a cultura de risco abrange os comportamentos e atitudes face ao risco, bem como a gestão dos colaboradores, que refletem os valores, os objetivos e práticas partilhadas. Esta cultura procura influenciar as decisões da direção e dos colaboradores nas suas atividades diárias, com o objetivo de evitar comportamentos que, inadvertidamente, possam aumentar riscos ou incorrer em riscos que não podem ser assumidos.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

d. Cumprimento dos limites

As posições de risco do Fundo podem variar significativamente dependendo das expectativas de evolução do mercado, mesmo considerando as limitações de exposição a obrigações, a ações e a investimentos alternativos.

A BPI VP tem atualmente implementados métodos de controlo e mensuração dos limites a que os investimentos estão sujeitos, que garantem o rigoroso cumprimento da Política de Investimento de acordo com a legislação aplicável.

A monitorização do *compliance* regulamentar e interno específico de cada carteira é realizada sobre cada fecho da carteira, comunicando-se imediatamente os desvios aos gestores e, se for caso disso, ao responsável da área de gestão de carteiras.

Semanalmente, é produzido um relatório onde são identificadas eventuais situações de incumprimento, face ao regime prudencial ou à política de investimentos de cada carteira, contendo a justificação e a medida de correção implementada ou a implementar para a sua regularização.

Adicionalmente, e com uma periodicidade mensal, é elaborado um relatório onde são analisados todos os ativos sob gestão da Companhia e é aferida a consistência das posições financeiras com as políticas internas da Companhia, em particular no que diz respeito a indicadores geográficos, de solvência e de liquidez.

Sistema de controlo interno

O modelo de controlo interno assenta num modelo de controlo a três níveis, que garante a segregação estrita de funções e a existência de vários patamares de controlo independente:

- O primeiro nível de controlo está integrado nos procedimentos e processos das unidades operacionais que gerem efetivamente os riscos;
- O segundo nível de controlo assegura a qualidade de todo o processo de gestão; revê a coerência com as políticas internas e as diretrizes públicas dos processos relacionados; realiza controlos específicos; orienta sobre o desenho e a revisão dos processos e sobre os controlos estabelecidos nas unidades de gestão de riscos; adota as medidas de mitigação; desenvolve sistemas de avaliação e medição de risco; propõe limites de tolerância ao risco; monitoriza as exposições em relação aos limites de tolerância aprovados.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

- A função de auditoria interna, como terceiro nível de controlo, é uma função independente e objetiva de salvaguarda e consulta, concebida para acrescentar valor e para melhorar as operações. Em particular, a auditoria interna atua como terceiro nível de controlo, supervisionando as ações do primeiro e do segundo nível de controlo.

Gestão de risco

Apresentam-se de seguida a descrição dos riscos a que as Associadas, os Participantes e os Beneficiários se encontram expostos:

a. Risco de mercado

Os principais riscos de mercado advêm de variações dos preços dos títulos das carteiras, decorrentes da perceção dos investidores a fatores intrínsecos ao emitente ou aos mercados, ou ainda a fatores geopolíticos. Destacando-se o risco de spread e o risco de taxa de juro.

O risco de *spread* decorre do potencial efeito adverso de uma subida dos prémios de risco dos emitentes das obrigações detidas pela Companhia, e consequente descida dos preços de mercado desses títulos. O risco de spread é analisado numa base regular pela área de gestão de carteiras, através de medidas de sensibilidade à evolução dos spreads de crédito, nomeadamente a *spread duration*.

O risco de taxa de juro é, igualmente, analisado regularmente pela área de gestão de carteiras, com o recurso a medidas de sensibilidade à evolução das taxas de juro, nomeadamente a *duration*. Estes cálculos são também realizados pela área de controlo de gestão numa base trimestral.

De referir ainda a determinação do *Value at Risk* (VaR), que corresponde à estimativa de perda máxima esperada para uma carteira num determinado horizonte temporal com um determinado nível de confiança. Os resultados das políticas de cobertura, implementadas pelos gestores, são igualmente avaliados e consolidados, nomeadamente através dos valores do VaR determinados com e sem derivados.

b. Risco de Crédito

O risco de crédito de cada título é avaliado tendo em consideração o risco de crédito de cada emissor e a natureza de sua dívida, bem como a notação de *rating* e a probabilidade de *default*.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia, em 31.12.2024, os riscos materiais associados eram :

Risco de Mercado				Risco de Crédito	Risco Imobiliário		Invest. Alternativos
Ações	Obrigações	Câmbio			Directos	Indiretos	
Ações	Taxa de juro	Taxa de câmbio	Cobertura Total				
	x			x			

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos

- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio

Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES

RELATO FINANCEIRO

O nível de cobertura das responsabilidades por serviços passados, em 31.12.2024 encontra-se descrito no quadro seguinte:

(valores em euros)

Número da Adesão	Valor da quota-parte do fundo	Cenário de financiamento		Cenário mínimo de solvência	
		Responsabilidades passadas	Nível de cobertura	Responsabilidades passadas	Nível de cobertura
49	1 226 836	460 253	267%	245 928	499%

Isabel Castelo Branco

Isabel Semião

Lisboa, 30 de abril de 2025

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.



Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(valores em euro)

Demonstração da Posição Financeira	Notas	31-12-2024	31-12-2023
ATIVO			
Investimentos			
Títulos de dívida pública	5	34 763 872	66 606 352
Outros títulos de dívida	5	44 321 363	4 878 819
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	6	760 071	5 355 706
Depósitos à Ordem		760 071	5 355 706
Outros Ativos			
Acréscimos e Diferimentos	7	660 796	313 902
Juros a Receber		660 796	313 902
Total Ativo		80 506 102	77 154 779
PASSIVO			
Credores	8	77 248	195 280
Entidade Gestora		69 149	182 842
Estado e outros entes públicos		4 595	2 408
Outras Entidades		3 504	10 029
Total Passivo		77 248	195 280
Valor do Fundo		80 428 854	76 959 499
Valor da Unidade de Participação			12.23939
Categoria A		12.56821	
Categoria B		12.50295	
Categoria C		12.47042	

O Contabilista Certificado

Fernando Pires

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(valores em euro)

Demonstração de Resultados	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Contribuições	9	14 097 796	10 744 913
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	10	(12 382 779)	(5 568 520)
Ganhos líquidos dos investimentos	11	1 208 984	733 998
Rendimentos líquidos dos investimentos	12	1 336 902	1 064 135
Outros Rendimentos e Ganhos		22	1
Outras Despesas	13	(791 571)	(721 397)
Resultado Líquido		3 469 354	6 253 132

O Contabilista Certificado

Fernando Pires

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(valores em euro)

Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Contribuições	9		
Contribuições dos associados		4 583 556	4 395 765
Transferências		9 514 240	6 349 150
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	10		
Pensões pagas		(17 465)	(18 856)
Capitais vencidos (remições/vencimentos)		(3 287 643)	(2 020 231)
Transferências		(9 075 484)	(3 528 724)
Remunerações	13		
Remunerações de gestão		(861 657)	(506 070)
Remunerações de depósito e guarda de títulos		(45 354)	(38 685)
Outras despesas	13	(4 755)	(413)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		805 437	4 631 936
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos			
Alienação / reembolso dos investimentos		71 660 235	48 247 800
Rendimentos dos investimentos		990 008	1 038 848
Pagamentos			
Aquisições de investimentos		(78 051 315)	(49 769 728)
Comissão de transação e mediação		-	(2 091)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		(5 401 072)	(485 171)
Variações de caixa e seus equivalentes		(4 595 636)	4 146 766
Efeitos de alterações da taxa de câmbio		-	-
Caixa no início do período de reporte		5 355 706	1 208 940
Caixa no fim do período de reporte		760 071	5 355 706

O Contabilista Certificado

Fernando Pires

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia ("Fundo") iniciou a sua atividade a 30 de setembro de 2005. Financia planos de pensões de contribuição definida (Plano CD) e de benefício definido (Plano BD).

O Fundo tem 72 planos de pensões financiados por adesões coletivas (70 de contribuição definida e 2 de benefício definido).

A última alteração ao regulamento de gestão data de janeiro de 2024, sendo a sua Entidade gestora a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. ("Entidade Gestora" ou "BPI Vida e Pensões"). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BPI, S.A. ("Banco BPI").

2. Alterações ocorridas no plano de pensões

Durante o exercício de 2024 ocorreram as seguintes alterações:

- Associada da adesão nº 11 – Alteração do plano de pensões;
- Associada da adesão nº 32 – Alteração do plano de pensões;
- Associada da adesão nº 39 – Constituição de comissão de acompanhamento;
- Associada da adesão nº 75 – Extinção de contrato;
- Associada da adesão nº 86 – Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 87 – Nova Adesão e extinção de contrato.

Em 2024 foram ainda alterados os seguintes Contratos de Adesão, no seguimento da implementação do novo modelo de comissionamento, RJFP/RGDP e branqueamento de capitais:

- Associada da adesão nº 4;
- Associada da adesão nº 5;
- Associada da adesão nº 9;
- Associada da adesão nº 18;
- Associada da adesão nº 22;
- Associada da adesão nº 30;

- Associada da adesão nº 31;
- Associada da adesão nº 33;
- Associada da adesão nº 39;
- Associada da adesão nº 45;
- Associada da adesão nº 52;
- Associada da adesão nº 53;
- Associada da adesão nº 55;
- Associada da adesão nº 56;
- Associada da adesão nº 57;
- Associada da adesão nº 58;
- Associada da adesão nº 59;
- Associada da adesão nº 61;
- Associada da adesão nº 62;
- Associada da adesão nº 72;
- Associada da adesão nº 74;
- Associada da adesão nº 81;
- Associada da adesão nº 82.

3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2024 e 2023, não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007 R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;
- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação

universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;

- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Sociedade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.
- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

4.3. Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" da demonstração de resultados.

4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de gestão, são contabilizadas na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Sociedade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" na demonstração de resultados.

4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais ("EBF"), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis ("IMT").

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, a carteira do Fundo é composta por títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, conforme se detalha abaixo, num total de 79 085 235 euros, o que representa um aumento de 11% face ao existente no balanço a 31 de dezembro de 2023.

Na tabela abaixo apresentam-se também os juros corridos no valor de 660 796 euros referentes aos títulos de dívida detidos pelo Fundo, especializados na rubrica “Acréscimos e diferimentos”.

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Custo de Aquisição	Mais/Menos Valias Contabilísticas	Mais/Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	Total
<u>Títulos de dívida pública</u>					
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.01.2025	8 127 336	255 948	-	-	8 383 284
EUROPEAN UNION BILL CZ 07.02.2025	984 680	12 610	-	-	997 290
EUROPEAN UNION BILL CZ 07.03.2025	594 157	2 969	-	-	597 126
FRENCH DISCOUNT T-BILL-CZ-26.03.2025	9 704 997	235 903	-	-	9 940 900
BILHETES DO TESOURO-CZ-17-01-2025	1 670 464	27 717	-	-	1 698 181
HTM - OTRV JULHO 2025	5 362 202	(47 078)	-	109 587	5 315 124
HTM - METRO LISBOA-4.061%-04.12.2026	3 258 506	(90 761)	-	9 012	3 167 745
HTM - REFER-EP REDE FERR NAC-4.047% 16.11.2026	3 255 367	(91 146)	-	14 968	3 164 222
HTM - REGIAO AUTONOMA ACORES-0.603%-21.07.2026	1 500 000	-	-	4 039	1 500 000
Total Títulos de dívida pública	34 457 709	306 163	-	137 607	34 763 872
<u>Outros títulos de dívida</u>					
COCA-COLA CO/THE -1.875%-22.09.2026	3 384 255	77 035	-	17 979	3 461 290
COLGATE-PALMOLIVE CO-0.5%-06.03.2026	2 866 380	64 440	-	12 329	2 930 820
E.ON SE-0.875%-08.01.2025	1 169 088	30 432	-	10 270	1 199 520
HTM - ABB FINANCE BV-3.125%-15.01.2029	2 975 370	2 732	-	89 908	2 978 102
HTM - ASTRAZENECA PLC-3.625%-03-03-2027	3 024 180	(4 646)	-	90 277	3 019 534
HTM - BMW US CAPITAL LLC-3%-02.11.2027	3 592 368	1 774	-	17 458	3 594 142
HTM - GOLDMAN SACHS GROUP INC-TV-19.03.2026	2 510 682	(8 804)	-	3 926	2 501 877
HTM - GRUPO PESTANA -2.5%-23.09.2025	698 617	799	-	4 747	699 417
HTM - LINDE PLC-1%-31.03.2027	2 826 780	30 685	-	22 603	2 857 465
HTM - UNILEVER CAPITAL CORP-3.3%-06.06.29	3 018 480	(1 864)	-	56 416	3 016 616
HTM- DH EUROPE FINANCE SA-1.2%-30.06.2027	3 270 050	49 424	-	21 173	3 319 474
HTM- PEPSICO INC-0.5%-06.05.2028	2 715 000	38 517	-	9 822	2 753 517
IBM CORP-1.25%-29.01.2027	2 830 440	86 220	-	34 529	2 916 660
NOVO NORDISK FINANCE NL3.375%-21.05.2026	3 003 510	25 260	-	62 137	3 028 770
PROCTER & GAMBLE CO/TH-3.25%-02.08.2026	2 995 500	36 960	-	40 336	3 032 460
VOLVO TREASURY AB-3.125%-08.09.2026	2 993 250	18 450	-	29 281	3 011 700
Total Outros títulos de dívida	43 873 950	447 413	-	523 190	44 321 363
Total	78 331 659	753 576	-	660 796	79 085 235

Riscos associados à carteira de investimentos

Exposição e Origem do Risco

- Risco de mercado: é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- Risco de taxa de juro: risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa.
- Risco de crédito: corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.
- Risco cambial: resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- Risco de liquidez: consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.

- Risco operacional: resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Sociedade Gestora.

Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco

O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o Value-at-Risk ("VaR") para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição ex-ante das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um benchmark, passou assim a ser aferida em cada momento através do software "PORT". Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da Bloomberg, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia é o Value-at-Risk. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2024, o Value-at-Risk com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

VaR / Carteira (%)	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
0,36	289 961	-	0,36	-

Quanto à exposição ao risco de taxa de juro, apresenta-se a análise de sensibilidade a variações de +/- 100 pontos base:

Sensibilidade da taxa de juro		
Impacto - 100 bps		
Valor Carteira	Valor após Impacto - 100 bps	Variação
80 428 854	81 562 367	1.4%
Impacto + 100 bps		
Valor Carteira	Valor após Impacto + 100 bps	Variação
80 428 854	79 295 340	-1.4%

6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica referia-se a depósitos à ordem domiciliados no Banco BPI, com o seguinte detalhe:

(valores em euro)			
Descrição	31-12-2024	31-12-2023	
Depósitos à Ordem - EUR	760 071	5 355 706	
Total	760 071	5 355 706	

7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica respeita a Acréscimos e Diferimentos, onde estão registados os juros a receber dos títulos de dívida pública e outros títulos de dívida.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Juros a receber (Nota 5)	660 796	313 902
Acréscimos e Diferimentos	660 796	313 902
Total	660 796	313 902

8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica respeita, essencialmente, a valores a regularizar de impostos e à entidade gestora e valores a regularizar referentes a comissões.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Entidade Gestora	(69 149)	(182 842)
Estado e outros entes públicos	(4 595)	(2 408)
Outras Entidades	(3 505)	(10 030)
Credores	(77 248)	(195 280)
Total	(77 248)	(195 280)

9. Contribuições

Durante o exercício de 2024, as contribuições efetuadas foram inferiores ao estimado, conforme se apresenta na tabela abaixo:

(valores em euro)

Contribuições 2024		Diferença
Estimado (1)	Efetivo (2)	(2) - (1)
12 223 072	4 583 556	(7 639 515)

Durante os exercícios de 2024 e 2023, os associados efetuaram as seguintes contribuições:

(valores em euro)

Contribuições 2024				Contribuições
Associados	Participantes	Transferências	Total	2023
4 583 556	-	9 514 240	14 097 796	10 744 913

10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Durante os exercícios de 2024 e 2023, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Pensões de velhice	7 858	9 248
Pensões de invalidez	6 328	6 328
Pensões de viuvez	3 279	3 279
Pensões	17 465	18 856
Transferências	9 075 484	3 528 724
Remições	2 860 830	1 865 826
Reembolso Capital IRS	429 000	155 114
Outros	12 365 314	5 549 664
Total	12 382 779	5 568 520

11. Ganhos líquidos dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Ganhos Líquidos	2023						2022
	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações	Total	
Mais Valias	-	1 007 160	462 730	-	-	1 469 890	1 254 788
Menos Valias	-	(245 157)	(15 749)	-	-	(260 906)	(520 790)
Total	-	762 003	446 981	-	-	1 208 984	733 998

Face ao exercício de 2023, verificou-se um ligeiro aumento nas mais valias e uma diminuição acentuada nas menos valias na valorização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.

12. Rendimentos líquidos dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Outros títulos de dívida	810 317	519 665
Títulos de dívida pública	527 717	544 471
Numerário	(1 132)	(2)
Total	1 336 902	1 064 135

13. Outras despesas

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, é da sua responsabilidade efetuar os pagamentos de comissões à Entidade Gestora e ao Banco Depositário.

O detalhe das comissões e outras despesas contabilizadas durante os exercícios de 2024 e 2023 é apresentado na tabela em baixo :

(valores em euro)		
Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Comissões de Gestão Financeira	700 017	647 009
Comissão de Depósito	38 829	39 521
Comissões	738 847	686 530
Outras Despesas	22 280	7 423
Imposto selo s/ comissões	28 702	26 068
Taxa para I.S.P.	1 743	1 376
Impostos e Taxas	52 724	34 867
Total	791 571	721 397

As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme segue :

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada trimestralmente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Atuarial	Plano BD	A comissão atuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

A BPI Vida e Pensões cobra uma Comissão de Gestão Financeira trimestral descrita nos contratos de adesão que terá o valor máximo de 0,5% (2% ao ano) sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia de cada trimestre civil. A remuneração do Banco pelo serviço de depositário consiste na aplicação da comissão trimestral de 0,0125% (0,05% ao ano) sobre o valor

líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia de cada trimestre civil, deduzido dos valores monetários depositados em contas bancárias, independentemente da instituição de crédito nas quais essas contas bancárias se encontrem abertas.

A rubrica de Outras Despesas é composta maioritariamente pelas cargas de Gestão Administrativa que ascendem a 17 161€.

Os honorários de auditoria da PwC afetos ao exercício de 2024 totalizam o montante de 8 303€, incluindo os serviços distintos de auditoria em 1 384€.

14. Transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas

O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia é parte relacionada da sua entidade gestora, BPI Vida e Pensões na medida em que esta assume o risco de investimento associado ao Fundo de Pensões, conforme divulgado na nota 16. *Garantias por parte da entidade gestora.*

15. Ativos e passivos contingentes

Não existem ativos e passivos contingentes.

16. Garantias por parte da entidade gestora

A Entidade Gestora, BPI Vida e Pensões, assume o risco de investimento associado ao Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia. O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia garante no final de cada exercício o valor da conta de investimento de cada aderente (individual ou coletivo).

A Companhia assume o risco de investimento associado a este Fundo de Pensões, cujo valor patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 ascendia a 80 mEuros e 77 mEuros, respetivamente.

17. Eventos Subsequentes

À data de emissão das contas de 2024, não são conhecidos eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024.





Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia (o Fundo), gerido pela BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 80.506.102 euros e um valor do Fundo de 80.428.854 euros), a demonstração de resultados (que evidencia um resultado líquido de 3.469.354 euros) e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183
e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

DocID: Njc3YzYwMmU1NGJkY2Y3OTczMDEyYjkoIDE2NzgWMDI4MTIxODQ3MTA1MjEzFENMQw==

Justo valor de instrumentos financeiros***Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 4 e 5 das demonstrações financeiras.***

Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, no montante de 79.085.235 euros, representam 98% do total do ativo do Fundo em 31 de dezembro de 2024 e constituem uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no ativo do Fundo, mas também por a sua mensuração requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Entidade Gestora.

A mensuração dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pela Entidade Gestora podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- i) A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;
- ii) A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para os instrumentos financeiros detidos pelo Fundo, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas internas; e
- iii) A análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de mensuração dos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas de relato financeiro em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os

princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações

relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez para o exercício de 2023, através da aceitação pela Entidade Gestora da proposta de prestação de serviços profissionais datada de 8 de fevereiro de 2024, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu com a aprovação da proposta de prestação de serviços profissionais, datada de 7 de agosto de 2024, para o exercício de 2024.

b) O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 22 de maio de 2025.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.

22 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

DocuSigned by:
Carlos Maia
94AAA81AB5424C5...

Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC n.º 1138
Registado na CMVM com o n.º 20160750